

1

51 ANOS SEM JOÃO PEDRO TEIXEIRA: do cabra marcado para morrer a luta camponesa para lembrar

Thiago Moreira Melo e Silva¹
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

1 - As Ligas Camponesas na Paraíba: conflito e violência no campo

Na Paraíba, embora os conflitos agrários existissem em todo o estado, sendo presente na região do Sertão, Agreste e Zona da Mata, foi nessa última que as primeiras Ligas Camponesas iriam surgir de maneira mais atuantes². Assim como no engenho *Galiléia*, “foi em virtude das dificuldades legais para se criarem sindicatos rurais que surgiram as Ligas Camponesas na Paraíba, com igual sentido associativo” (BENEVIDES, 1985, p. 76).

As primeiras tentativas de se fundar associações camponesas no estado da Paraíba, como viria a ser a Liga Camponesa de Sapé, ocorreu através de iniciativas do camponês João Pedro Teixeira em 1954, resultado de sua experiência em movimentos de organizações de trabalhadores adquirida durante sua vivência em Pernambuco. (ARAÚJO, 1999). Essa experiência é relatada por sua esposa Elizabeth Teixeira:

¹ É professor titular de história da rede estadual e municipal de ensino em São Paulo. Possui especialização em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Como pesquisador, atua nos seguintes temas: Reforma Agrária, Movimento social (Liga Camponesa) e imprensa.

² A concentração dessas associações na região da Zona da Mata não anulou a existência do movimento em outras regiões. De acordo com Mello (2008), embora o Sertão fosse dotado de estrutura diversa do litoral ainda ocorreu em Sousa e Antenor Navarro, algumas articulações das Ligas Camponesas devido a questões fundiárias atreladas a problemas com a bacia dos açudes São Gonçalo e Pilões. – Indiretamente as Ligas também se fizeram presentes, prestando auxílio a lideranças anti-oligarcas em Pombal, *Católé do Rocha* e Cajazeiras (MELLO, 2008).

2

Desde 1954, João Pedro vinha lutando com o homem do campo, ele já tinha conquistado muitos camponeses, então, quando a Liga foi fundada, já tinha muitos camponeses ao lado dele pra lutar através desta associação camponesa e reivindicar os seus direitos. (BANDEIRA, L. M.; MIELE, N.; GODOY, R. 1997, p. 58).

Embora João Pedro Teixeira dispusesse do reconhecimento e apoio dos camponeses da região, a primeira tentativa de fundar uma Associação camponesa sem qualquer apoio institucional ao movimento seria muito difícil. A fundação dessa associação ocorrida no quintal de sua casa, demonstrar-se-ia frágil e suscetível demais ao poder e oposição do proprietário da terra, bem como da polícia. O que levaria tal associação com suas estruturas ainda incipientes a ser extinta (AUED, 1981).

Em 1958, novas tentativas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais iriam ocorrer, contando com novas estratégias o movimento viria ressurgir. Como atesta Aued (1981, p.26), outros métodos de ação, iriam conferir nova feição ao movimento.

Não mais uma liga doméstica, mas uma associação com sede na cidade de Sapé. A característica fundamental desta mudança parece se inscrever numa orientação nova, no sentido de institucionalizar o movimento, colocá-lo nos limites da legalidade burguesa. Também procurava mostrar que tal movimento não era “coisa de comunista”, mas de camponês explorado que tem alguns direitos, e não só deveres.

Por ter como objetivo principal o propósito de trilhar os caminhos da legalidade e a fim de não enfrentar oposição à sua fundação, é que para o primeiro evento da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé³, foram convidadas as principais autoridades⁴ do município.

³ A associação foi logo batizada pela imprensa de Liga Camponesa, para vinculá-la a Liga da Galiléia. Seus primeiros associados não foram apenas camponeses, mas profissionais liberais, pequenos comerciantes, operários, pequenos agricultores, estudantes ou qualquer um que desejasse participar da organização que estava se formando. (SOUZA, 1996).

3

Diante desse quadro, é possível constatar a percepção dos camponeses com relação a duas questões relevantes referentes não apenas a existência do movimento, como também a sua aceitação na esfera política e social local. Primeiro, a necessidade de se Institucionalizar o movimento, ou ao menos aproximá-lo na feição; a segunda diz respeito à inevitável ruptura com o localismo que o movimento deveria efetuar. Tais quais os camponeses no estado vizinho, Pernambuco, os camponeses de Sapé, reunidos por meio da Liga Camponesa, só teriam sucesso e condições para sua atuação:

Se vencesse a cortina de ferro montada pelos latifundiários do Grupo da Várzea⁵ e encontrasse ressonância além das fronteiras do município de Sapé, comprometendo as forças progressistas de João Pessoa e utilizando amplamente os meios de comunicação de massa e as vozes isoladas de parlamentares independentes. (BENEVIDES, 1985, p. 77).

Dessa forma observamos que a sobrevivência do movimento estava ligada a sua expansão, não apenas no sentido horizontal, no que tange a criação de novos núcleos em diferentes municípios do estado, mas a ligação com outros setores que pudessem divulgar e conferir apoio às reivindicações sociais dos camponeses.

Segundo Souza (1996), após a fundação da Liga de Sapé, também foram criadas as ligas de: 1- Alhandra, 2- Areia, 3- Mamanguape, 4- Rio Tinto, 5- Guarabira, 6- Mari, 7- Itabaiana, 8- Alagoa Grande, 9- Otizeiro⁶, 10- Espírito Santo, 11- Mulungu, 12- Alagoinha, 13- Belém, 14- Caiçara, 15- Pedras de Fogo, 16- Campina Grande, 17- Santa Rita. Ainda tiveram Ligas os municípios de 18-

⁴ Estiveram na reunião inaugural da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola de Sapé diversas autoridades, destacando-se o deputado Ramiro Fernandes, do PSD, Joaquim Ferreira Filho representando o Governador José Américo, advogados João Santa Cruz e José Gomes da Silva, Joça Vitorino e Luiz Gonzaga, líderes do PSD local, os camponeses João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Alfredo Dias (Nego Fubá), o pequeno proprietário Ivan Figueiredo, o dentista Leonardo Leal, o pároco de Sapé, líderes estudantis, operários de João Pessoa. (IBID., p. 31).

⁵ Oligarquias agrárias estabelecidas na região da Zona da Mata.

⁶ Bairro situado no município de João Pessoa.

4

Remígio, 19- Araçagy, 20- Solânea, 21- Bananeiras, 22- Arara, 23- Itapororoca, 24- Pilar, 25- Caldas Brandão. (MELLO, 2008). Bem como, 26- Cuitegi e 27- Várzea Nova. (NOVAES, 1997).

O Estado da Paraíba chegou a abrigar dezenas de Ligas Camponesas, sendo boa parte delas na região da Zona da Mata, devido à grande concentração de engenhos e usinas. Quanto as Ligas, o fato de terem existido esse número significativo de Ligas, não quer dizer que todas tenham sido registradas em cartório, ou que tenha tido relevante expressão política tal qual a de Sapé e Mamanguape⁷. *“Estima-se, na época, haver cerca de dois mil membros em cada entidade, com exceção de Sapé, que já em 1963 possuía dez mil associados”*. (AUED, p. 26, 1981). Cogitou-se ter havido em todo o estado da Paraíba cerca de quarenta mil associados (CARNEIRO apud , AUED, 1981, p. 26).

Essas associações de lavradores tanto na Paraíba como em Pernambuco, de início contaram com o apoio de amplos setores da sociedade. Entretanto, no decorrer do tempo, muitos dos que haviam apoiado a fundação da Liga de Sapé, passaram a combatê-la. Os apoios foram se limitando na medida em que as ações em favor dos camponeses iam de encontro aos interesses dos grupos dominantes da região. (NOVAES, 1997).

Essa mudança na concepção da classe política dominante, iria posteriormente colaborar para que as Ligas Camponesas fossem consideradas “caso de polícia” e de “subversão”⁸. A partir dessa percepção, iriam intensificar-se os conflitos entre proprietário e camponeses, sendo esses últimos majoritariamente vítimas dos primeiros. Com efeito, a violência resultante das tensões fomentadas por esse antagonismo, estender-se-ia por quase todo a região da Zona da Mata.

⁷ Segundo Moraes (1997), a Liga Camponesa de Sapé foi a mais poderosa do Brasil, tendo treze mil membros, seguida de Mamanguape com dez mil.

⁸ Como expressada inúmeras vezes pela mídia impressa, que situava as notícias acerca das Ligas, em suas páginas de casos policiais.

O assassinato de João Pedro Teixeira e de outros camponeses, possibilitando um confronto armado, alarma as classes no poder, que começam a aceitar a perspectiva de uma Reforma Agrária que promovesse as mudanças necessárias, sem pôr em risco a estrutura fundiária básica do Estado. (ARAÚJO, 1999, p. 106).

Como podemos verificar, a tensão nas relações de poder entre camponeses e proprietários incitaria uma re-configuração na percepção da classe dominante, não apenas com relação às Ligas, mas com a questão agrária no Estado.

A iniciativa das Ligas de arregimentar os camponeses em defesa de seus direitos fomentou muitas preocupações nas oligarquias agrárias, que receavam perder ou terem reduzido seus espaços de poder sobre as relações sociais no campo. Com isso, muitos empecilhos foram gerados pelas classes dominantes, visando conter a organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

Na cidade de Itabaiana, houve várias tentativas de organizar a Liga Camponesa, mas resultavam sempre em fracasso. [...] Em Santa Rita, mais de uma vez foi fundada a Liga (dentro da Usina). Entretanto, subitamente desapareciam os membros da direção, presidente, secretário, tesoureiro, arrefecendo com isto o movimento durante certo tempo. Estes elementos eram cooptados pela direção da Usina, que lhes ofereciam uma boa promoção e transferência para outra bem distante. (AUED, 1981, p 28)

Embora essas práticas fossem aparentemente menos violentas, a finalidade dessas medidas tinha os mesmos fins, desarticular o movimento das Ligas para que elas se mantivessem fragilizadas frente ao poderio dos latifundiários e usineiros. Com a crescente precarização das relações de trabalho no campo, muitos foram expulsos das terras em que moravam e trabalhava, tornando o acesso a esta cada vez mais remoto. Como na experiência a seguir relatada por seu Severino acerca do aumento do foro, e das causas de sua saída da terra:

De forma que não teve jeito não, fiquei devendo mais um foro e aí foi o que ele queria. Aumentou meus dias de cambão e eu fui ficando cada vez mais encabrestado. No dia que não era cambão, era condição pra juntar um dinheirinho, pra aumentar o ganho. [...] Se reclamasse, era arriscado entrar na peia os tempo tinha mudado demais, ali. [...] Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. [...] Aí não teve outro jeito senão enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali não podia sair, não senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criados meus filho e não podia sair [...] eu pensei era tudo ou nada, era guerra mesmo. [...] Vi as roças sendo destruída. (Depoimento de Seu Severino apud RANGEL, 2000, p. 276-277). (Grifo nosso).

Com efeito, os empecilhos criados para a permanência dos camponeses nas terras em que viviam e trabalhavam iriam refletir também na intensificação do número de ações judiciais existentes na região, as quais buscavam intervir nessas pendências, tornando o poder Judiciário uma espécie de “intermediador” entre os camponeses e os latifundiários (Novaes, 1997).

Na comarca de Sapé (que envolve os municípios de Sapé e Mari) correm na justiça de trinta a cinquenta processos em torno de pendengas entre proprietários e camponeses. No ano de 1962, apenas uma única ação cível foi concluída, com vantagem para o proprietário [...] Mas de maneira geral, enquanto a ação não é concluída, a demora favorece o camponês, que deixa de pagar o foro ao proprietário, não pode ser expulso e, geralmente, deposita seu foro em cartório e continua a colher os frutos da terra, sem dá o dia de trabalho ao patrão. (CARNEIRO apud NOVAES, 1997, p. 38)

Coexistindo com as medidas da Liga em defesa do camponês, intensificaram-se também as tentativas das oligarquias agrárias de reproduzir uma imagem que transparecesse suas preocupações com o trabalhador rural na tentativa de se recriar um sentimento de unidade entre a figura do latifundiário, do usineiro e do camponês, ressaltando as preocupações com o bem-estar deste último, por parte dos primeiros.

Mesmo dispondo de confortável posição de usineiros mais poderosos e influentes da Paraíba, os Ribeiros Coutinhos se deram ao trabalho de se

7

contrapor visivelmente às Ligas e a sua crescente atuação. (NOVAES, 1997). O que se daria não apenas por ações violentas, mas pela propaganda contrária ao movimento:

Companhia Usinas São João e Santa Helena cumprem acima das expectativas seu programa de assistência.

Nenhuma Liga camponesa, mesmo organizada, jamais conseguirá prestar a assistência que o industrial Renato Ribeiro proporciona aos trabalhadores, em todos os setores que dirige, sem o emprego da violência e sem a prática de idéias subversivas, mas num regime de pura democracia, os camponeses ali são beneficiados com a mais eficiente assistência (...) e assim pode-se dizer que veremos em breve um sistema de completo amparo aos nossos camponeses. Uma afirmativa podemos antecipar, é que por maior que seja a assistência já adotada em algumas organizações (LIGAS), nunca poderá se comparar com o que o industrial Renato Ribeiro Coutinho vem proporcionando aos seus trabalhadores (grifo nosso). (Artigo publicado, no Diário da Borborema, em 19 de março de 1961 apud NOVAES, 1997, p. 40).

Conforme o texto acima, podemos observar alguns indicativos de tentativa dos grandes proprietários de recuperarem parte de seu espaço de influência junto aos trabalhadores rurais. O que dificilmente ocorreria sem a existência de conflitos. Haja vista que o universo comunitário entre camponeses e proprietários de terras já tinha se desfeito, e suas fronteiras (entre os dois grupos) sido estabelecidas mediante as exigências que o sistema capitalista impusera às relações econômicas presentes no campo.

Ao fazermos referências às condições e suportes oferecidas aos camponeses, ora pela Liga Camponesa, ora pelos grandes proprietários, não pretendemos aqui excluir a figura do camponês de seu papel enquanto sujeito político e histórico e, muito menos, hierarquizar quem detinha maior influência, controle e poder sobre os camponeses. Mas, tentar refletir sobre o cenário das disputas, e as relações de poder que permeavam o universo socioeconômico e político no qual estavam inseridos os trabalhadores rurais. Segundo Rangel (2000), durante a trajetória de luta por seus direitos, o camponês sempre

8

manteve-se como sujeito participante, no entanto, dentro de suas possibilidades, frente ao processo de negociação política e do poder que o circundava.

Ao passo em que a Liga Camponesa expandiu seu campo de atuação e aumentou seu número de associados e conseqüentemente seu poder de expressão, também passou a questionar o monopólio da terra e a traçar estratégias as quais possibilitassem aos camponeses organizarem a luta contra a opressão e as desigualdades nas relações sociais e de poder. “*À medida que o objetivo estratégico das Ligas Camponesas centralizou-se na reforma agrária, a organização do campesinato quebrou a lógica da propriedade privada [...] e conquistou a posição de movimento político*” (BENEVIDES, 1985, p. 62).

Usineiros e latifundiários, incomodados com as crescentes denúncias acerca de suas ações contra os camponeses, que estavam chegando ao conhecimento da população das áreas urbanas e da mídia, passaram a reagir. Pois perceberam que o movimento camponês não possuía apenas a natureza beneficente e assistencialista, a partir dessa percepção iniciou-se a ações sistemáticas de violência como forma de coagir os camponeses. (SOUZA, 1996). Essas atitudes iriam materializar-se por meio de ameaças, expulsões, agressões e assassinatos, sobretudo, das lideranças do movimento como viria a ocorrer com João Pedro Teixeira, como apresenta Elizabeth Teixeira:

Foi assassinado por pistoleiros que estavam de emboscada. Eram dois policiais, um cabo e um soldado da polícia, e o vaqueiro de Aguinaldo Veloso Borges⁹. O cabo da polícia chamava-se *Francisco Pedro*, apelido de *Chiquinho*, o soldado, *Antonio Alexandre*. O vaqueiro estava na estrada, esperando João Pedro para dar o aviso aos pistoleiros, que estavam em emboscada. Uma senhora que morava perto do local disse que depois de ter levado os três tiros, João Pedro dizia, levantando a mão e ainda em pé: "Tentaram, tentaram até que tiraram a minha vida. Sei que não reencontro mais a minha mulher e meus filhos", deu alguns

⁹ Avô do atual Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro do (PP) nomeado em 2012 pela presidente Dilma Rousseff (PT). Aguinaldo Veloso Borges foi acusado de ser o mandante do assassinato de João Pedro Teixeira em abril de 1962, e da sindicalista Margarida Maria Alves na cidade de Alagoa Grande-PB em agosto de 1983.

gemidos e já estava no chão. O primeiro que o encontrou foi o companheiro Antonio José Dantas, que estava na estrada com o prefeito de Santa Rita, cidade da Paraíba. João Pedro saltava do carro que ligava João Pessoa a Campina Grande, e caminhava para chegar até em casa. Segundo as informações, não foi somente uma emboscada, foram três naquele dia, porque se ele passasse pela primeira, teria outra no rio, que ele tinha que atravessar. E a terceira era na nossa própria casa. Naquele dia não tinha como escapar.¹⁰ (grifos nossos).

Assassinado em 02 abril de 1962, o líder camponês João Pedro Teixeira teve a notícia de sua morte muito repercutida, tendo o jornal do governo, *A União*, impresso várias edições extras, cujo exemplares esgotaram-se rapidamente. (SOUZA e PORFÍRIO, 2000). A notícia da morte de João Pedro Teixeira foi amplamente difundida pela imprensa e teve repercussão em jornais do país e do exterior, como o *The New York Times*¹¹, que publicou a matéria sobre o homicídio do líder camponês tendo como fonte o jornal *A União*¹². A cidade de Sapé teve suas ruas tomadas por milhares de camponeses, realizando passeatas, revoltados com o crime, além de um ato público, conforme descreve Elizabeth:

Recebi solidariedade de todas as classes trabalhadoras, dos estudantes e muitas delegações camponesas vieram ao ato público em Sapé. [...] Foi a coisa mais linda da minha vida, a fraternidade, o amor do homem do campo para com João Pedro e para comigo e os filhos dele. Todos os companheiros da Liga se aproximavam de mim e até queriam incendiar a cidade de Sapé. A revolta foi tão grande que, em 64, dois anos depois, a Liga chegou a ter 30 mil companheiros.¹³

O assassinato de João Pedro não coagiu os camponeses, que compareceram em seu enterro junto com os membros de sindicatos, estudantes, políticos e amigos da família. Essa mobilização iria se fazer sentir em toda a Várzea do rio Paraíba (BENEVIDES, 1985). Diante da repercussão em torno do

¹⁰ Entrevista disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modu.php?storyid=989>.

¹¹ Sobre o imaginário e o clima de subversão que tomava conta do Nordeste (barril de pólvora) reproduzido nas reportagens publicadas pelo *The New York Times*, consultar: MONTENEGRO.

¹² O jornal estatal da Paraíba também servia como fonte à Agência Nacional de Notícia, que enviava reeleses para todos os jornais do país. (SOUZA e PORFÍRIO, 2000).

¹³ Entrevista disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modu.php?storyid=989>.

10

assassinato de João Pedro, *criou-se “politicamente [...] a possibilidade de uma cobrança, para que pelo menos este crime não ficasse impune”* (AUED, 1981, p. 44).

O Jornalista Hélio Zenaide, que também era taquígrafo da Assembléia Estadual da Paraíba, por ocasião do enterro de João Pedro, anotou algumas palavras do Deputado campinense Raimundo Asfora durante seu discurso: *“não vamos enterrar um homem, vamos plantá-lo [...]”* (SOUZA, 1996, p.53). As palavras de Asfora iriam ecoar diante de toda a multidão ali presente. *“Mais de cinco mil camponeses foram ao enterro de João Pedro mostrar que a luta continua”* (A UNIÃO, 04 de Abril de 1962, p. 8).

No Ponto de Cem Réis, região central de João Pessoa, à noite, logo após o enterro de João Pedro Teixeira, a União dos Estudantes da Paraíba – UEPP promoveu comício protestando contra o crime e exigindo a punição dos envolvidos. O evento logo se transformou em aglomeração popular com a presença de camponeses, operários, comerciários, parlamentares, jornalistas e intelectuais. Durante o comício, diversos líderes políticos e de outros setores discursaram como: Coronel Jocelyn Brasil, Malaquias Batista, Antônio Augusto Arroxelas, Jomar Souto, Agassiz Almeida, Assis Lemos, Hamilton Gomes e Raimundo Asfora (SOUZA, 1996; BENEVIDES, 1985).

Raimundo Asfora, durante seu discurso no comício, aproveitou o evento para denunciar novamente a violência praticada contra os camponeses, a qual resultara na morte de João Pedro: *“acusado, perante o Governo e a Paraíba, que há um Sindicato da Morte implantado na Várzea para ceifar a vida dos homens do campo. Ninguém se iluda: aquilo não foi mandado de um homem só”*. (apud BENEVIDES, 1985, p. 95).

Na Paraíba, vários foram os canais de difusão das notícias sobre a violência contra os camponeses e acerca dos desdobramentos que as

11

investigações do crime de Café do Vento¹⁴ tiveram. Após o episódio do assassinato de João Pedro, em sua coluna “Política e Administração”, o jornalista Hélio Zenaide, informava que a decisão do governador com relação ao crime seria implacável: “a polícia investigará tudo o que for possível. E os implicados – sejam grandes ou pequenos – pagarão pelo diabólico crime” (A UNIÃO, 04 de Abril de 1962, p. 8). (grifos nossos).

Ainda em sua coluna, Zenaide revela suas preocupações com as conseqüências que esse crime poderia trazer, advindas tanto dos proprietários, quanto dos camponeses, haja vista que: “a tocaia ainda não tinha sido oficializada como arma nessa luta entre proprietário e camponeses” (Ibid., p. 8). (grifos nossos). A conjuntura apresentada acima suscita algumas questões acerca da natureza dessa violência em que se deu a morte de João Pedro. Será que realmente a “tocaia”, bem como outros crimes violentos já não vinha sendo praticados como forma de coagir os camponeses? Ainda dentro dessa perspectiva: a morte de João Pedro não sintetizaria simbolicamente o cenário de violência que já compunha o cotidiano dos camponeses?

Dias depois da morte de João Pedro, foi instaurada uma Comissão de Inquérito Parlamentar- CPI, com objetivo de entender melhor a realidade à qual as Ligas e camponeses estavam inseridos. João Alfredo Dias, integrante da diretoria da Liga de Sapé, relatava que:

A principal causa do aparecimento das Ligas Camponesas foram as questões havidas entre proprietários e camponeses, principalmente em terras das usinas, de onde todos os dias chegava gente espancada pelos proprietários. Atualmente não tem acontecido isso porque nós sempre apelamos para o chefe da polícia, às autoridades estaduais e federais e até para o Ministro da Guerra. (João Alfredo Dias. CPI das ligas pág. 172-173, 16/04/1962 – Sapé Apud NOVAES, 1997, p. 51).

¹⁴ Estrada que liga a BR-230 ao município de Sapé. Ver anexos, figuras 11 e 12.

12

O depoimento de João Alfredo na CPI das Ligas reforça ainda mais a recorrência de práticas violentas no interior das usinas e dos engenhos, muito antes da intensificação do conflito após a morte de João Pedro em 1962. Ao término das investigações, o Deputado Neiva Moreira, presidente da CPI, declarou ao jornal Estado de São Paulo de 18 de abril de 1962: *“Na Paraíba o problema é mais agudo, pois existe mobilização de lado a lado. A situação se agravou ultimamente com a expulsão de camponeses e a ocorrência de mortes”*. (apud Novaes, 1997, p. 53).

Dentro dessa conjuntura tornava-se patente a preocupação das elites políticas, acerca da necessidade de reformas que não afetassem as relações de poder vigente. (ARAÚJO, 1999).

A sindicalização¹⁵, neste período, começa a interessar o próprio governo, que se preocupa em institucionalizar o movimento camponês e afastar o possível perigo da radicalização. Os proprietários, pelos mesmos motivos, aceitam as propostas de sindicalização, como um “mal menor” sem que, na prática, pensassem em efetivá-las. (ARAÚJO, 1999, p. 107).¹⁶

A redefinição desse quadro de conflitos, longe de possibilitar aos camponeses medidas favoráveis dentro da estrutura política e de poder vigente, iria fazer com que as oligarquias do estado reeditassem as velhas formas de intimidação a partir do cerceamento da liberdade, das agressões físicas e morte. (ARAÚJO, 1999). Após o assassinato de João Pedro, o sentimento de revolta que permeava a todos atrelados naquela situação iria influenciar o reinício da

¹⁵ O primeiro sindicato de Trabalhadores rurais da Paraíba foi fundado em 03 de setembro de 1961, em Catolé do Rocha, região do Sertão e longe das áreas de atuação das Ligas. Contudo, a fundação desse sindicato, longe de ser apenas uma tentativa de institucionalizar o movimento camponês, buscava também conter a possível influência que as Ligas poderiam disseminar nessa região. (NOVAES, 1997); Segundo Frei Marcelino de Santana, vigário de Catolé do Rocha, o Sindicato do município contava com 2225 membros em 1962. (*A União*, 28 de Outubro de 1962. p. 3).

¹⁶ Segundo o Prof. Edgar Malagodi - UFPB (apud VARELA, 2006, p. 91), existiam apenas sete sindicatos rurais legalizados no Brasil até 1960.

13

caminhada dos militantes da Liga de Sapé, bem como da sua direção, *“dando uma rigidez maior à forma de atuação da liga na luta pela efetivação da reforma agrária na região”* (NASCIMENTO, 2003, p. 46).

Como destaca Santiago (2001), sofrendo agressões de vários setores, a começar pela violência impune por parte dos latifundiários, na tentativa de obter a hegemonia sobre os camponeses, as Ligas entrariam numa escalada de radicalização política e ideológica, que as isolariam ainda mais. “A partir de 1962, quando Goulart estimula a sindicalização no campo, numa tentativa de controlar a mobilização agrária, vamos assistir a um enfraquecimento cada vez maior das “ligas”. (BASTOS, 1984, p. 104).

Com o golpe militar em 1964, as Ligas Camponesas, que durante a década de 1960, exerceram importante papel como instrumento de organização e de luta dos trabalhadores rurais pela cidadania, teriam suas ações desarticuladas e fortemente combatidas.

Referências

ARAÚJO, Marta. L. R. O processo político na Paraíba: 1945-1964. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba; v.4).

AUED, Bernadete Wrublevski. **A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas (1955-64)**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades da UFPB, Campina Grande, 1981. 201 f.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p.

BANDEIRA, L. M.; MIELE, N.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta: A vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa – PB: Ed. universitária/ UFPB, 1997. 173 p.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis; Vozes, 1984. 141 p.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 140 p.

MELLO, José O. de A. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. João Pessoa: Ed. A União, 2008. 280 p.

15

MONTENEGRO. **AS LIGAS CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DO GOLPE DE 1964.** Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_02.pdf - Acesso em 20/03/2011.

NASCIMENTO, Juliana E. T. do. **A saga do Camponês João Pedro Teixeira e a Liga Camponesa de Sapé – PB.** 2003. Monografia de conclusão de curso – CH da UEPB – Departamento de História, Guarabira, 2003. 61 f.

NOVAES, R. C. R. **De Corpo e Alma:** Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997. p. 35-70. 238 p.

SOUZA, Francisco de A. L. de. **Nordeste:** O Vietnã que não houve, Ligas Camponesas e o golpe de 1964. Londrina: Ed. UEL/ Ed. da UFPB, 1996. 375 p.

VARELA, F. **A questão agrária nacional, e assentamentos rurais na Paraíba.** 4. ed. João Pessoa: Idéia, 2006. 237 p.